

# **As políticas de expansão da educação superior no Brasil e a produção do conhecimento**

## *Policies for expansion of higher education in Brazil and the production of knowledge*

Afrânio Mendes Catani\*

João Ferreira de Oliveira\*\*

Regina Maria Michelotto\*\*\*

\* Doutor em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), professor titular na Faculdade de Educação da USP e pesquisador do CNPq. E-mail: amcatani@usp.br.

\*\* Doutor em Educação pela USP, professor associado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pesquisador do CNPq. E-mail: joão.jferreira@gmail.com.

\*\*\* Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e professora adjunta da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: mmiche@uol.com.br.

### **Resumo**

O artigo analisa a produção do conhecimento no contexto das políticas de expansão da educação superior no Brasil, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, considerando suas interfaces com o campo científico, em geral, uma vez que a pós-graduação e a pesquisa no Brasil se estruturam por áreas específicas ou por grandes áreas de conhecimento. São examinados três aspectos fundamentais: a expansão e privatização da graduação e o crescimento e pragmatismo da pós-graduação, a produção do conhecimento acadêmico-científico marcado pela expansão, investimento e pragmatismo, e a natureza e o caráter do conhecimento.

### **Palavras-chave**

Educação superior. Produção do conhecimento. Políticas públicas.

### **Abstract**

The article discusses the production of knowledge in the context of policies of higher education expansion in Brazil, especially from the second half of the 1990s, considering its interfaces with the scientific field, in general, once the post-graduate studies and research in Brazil are structured for specific areas or large areas of knowledge. Are examined three fundamental aspects: the expansion and privatization of undergraduate and growth and pragmatism of postgraduate, the production of academic scientific-knowledge, marked by expansion, investment and pragmatism, and the nature and character of knowledge.

## Key-words

Higher education. Knowledge production. Public policies.

O presente artigo busca analisar a “produção do conhecimento no contexto das políticas de expansão da educação superior no Brasil”, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1990, tendo em vista compreender as modificações que vêm ocorrendo nessa área. Busca-se ainda examinar as orientações políticas, os indicadores acadêmico-científicos e as tendências em curso, objetivando compreender a natureza e o caráter da produção do conhecimento, considerando as tendências crescentes de subordinação da produção científica às demandas do capital produtivo. Tal compreensão situa-se no campo das políticas de educação superior, levando em consideração suas interfaces com o campo científico (BOURDIEU, 1983, 2001, 2004) em geral, uma vez que a pós-graduação e a pesquisa no Brasil se estruturam por áreas específicas e/ou grandes áreas de conhecimento.

A reforma da educação superior iniciada a partir da segunda metade dos anos 1990, assim como as mudanças nas políticas de investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), vêm impactando de maneira decisiva a produção do conhecimento, sobretudo nas universidades públicas que atuam mais fortemente na pós-graduação e na pesquisa. É preciso, no entanto, investigar que áreas ou temáticas vêm sendo privilegiadas pelas agências de financiamento; quais as exigências estabelecidas para os docentes pesquisadores

obterem financiamento para suas investigações; que vinculações se estabelecem entre a produção do conhecimento e o setor produtivo; que razões são apresentadas para justificar o processo de produção do conhecimento; que alterações estão ocorrendo nos periódicos e nos eventos científicos com vistas a favorecer essa maior produção de conhecimento; qual o volume de recursos aplicados em CT&I; o que pode ser constatado acerca do crescimento da pós-graduação e da pesquisa nas diferentes áreas de conhecimento; como tem se dado o debate em torno da questão da qualidade da produção do conhecimento. Todavia, no limite desse artigo, não será possível tratar de todos estes aspectos, embora sejam relevantes e fundamentais para a compreensão geral do tema. Vai se buscar, no entanto, apresentar e analisar alguns indicadores que realçam tendências em curso na área, que permitam problematizar partes dos aspectos apontados.

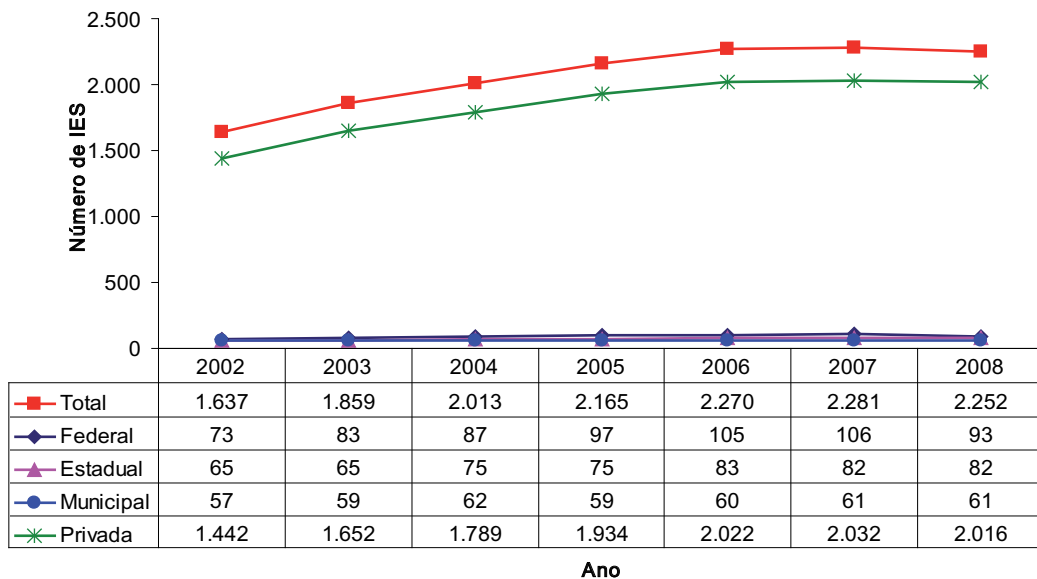
### **A expansão e privatização da graduação e o crescimento e pragmatismo da pós-graduação**

A educação superior no Brasil vem se expandindo de modo acelerado, desde a segunda metade da década de 1990, sobretudo por meio de IES privadas. Em lugar da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa e da universidade como

referência para a expansão do sistema, adotaram-se os princípios da diversificação e da diferenciação, assim como a criação e o fortalecimento da instituição não-universitária voltada exclusivamente para o ensino (CATANI, 2008, 2009; RISTOFF;

GILOLO, 2006; OLIVEIRA, 2000). Conforme dados do Censo da Educação Superior (BRASIL.MEC.Inep, 2009), o país, em 2008, contabilizou 2.252 IES, sendo quase 90% no setor privado (Tabela 1)<sup>1</sup>.

**Tabela 1:** Evolução do número de instituições, segundo a categoria administrativa - Brasil - 2002 a 2008



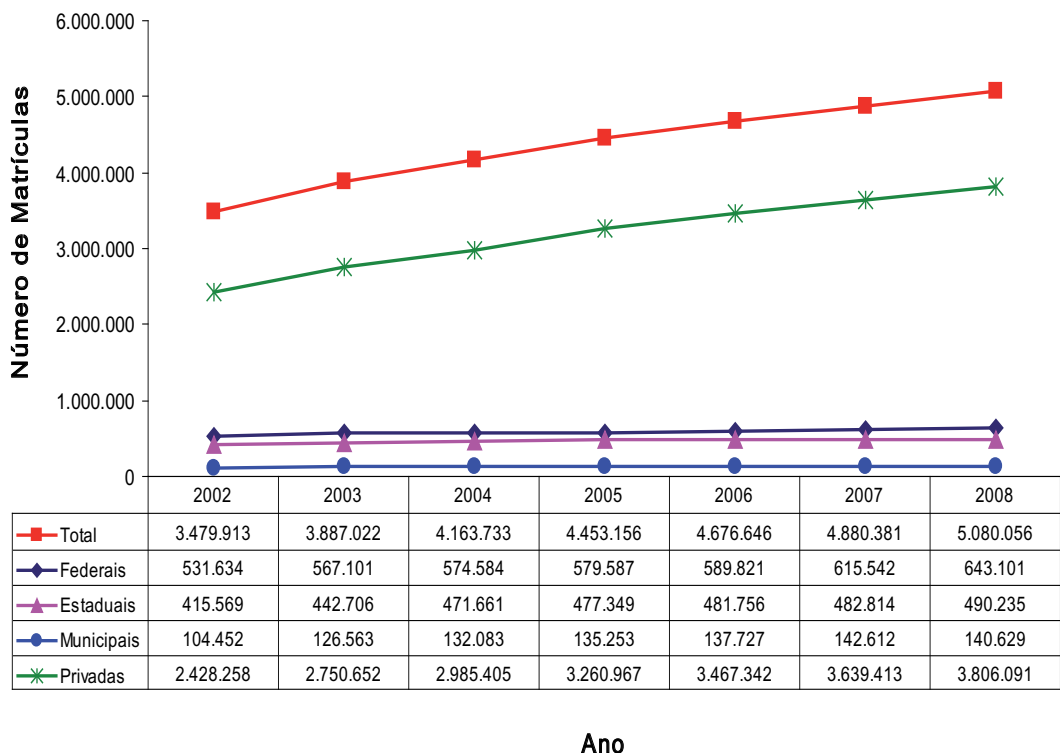
Fonte: Censo da Educação Superior (BRASIL.MEC.Inep, 2009).

As matrículas em cursos de graduação chegaram a 5.080.056 milhões, sendo cerca de 75% no setor privado (Tabela 2), em que pese o crescimento constante das

matrículas nas IES públicas, sobretudo nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

<sup>1</sup> A queda no número de Instituições Federais de Ensino Superior, de 2007 para 2008, é explicada pela criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir da fusão de Centros Federais de Educação Tecnológica, em muitos casos.

**Tabela 2:** Evolução do número de matrículas – graduação presencial por categoria administrativa - Brasil – 2002-2008



Fonte: Censo da Educação Superior (BRASILMEC. Inep, 2009).

A pós-graduação brasileira também cresceu consideravelmente nas últimas décadas. De 1998 a 2008, ocorreu um crescimento de 104% no número de programas de pós-graduação (PG) no País. O crescimento foi constante ao longo desse período, sendo que os mestrados acadêmicos experimentaram um incremento da ordem de 122%, enquanto os cursos de doutorado, 50%. O aumento

dos mestrados/doutorados foi de 71,4%, contabilizando 1.284 programas. No entanto, o maior crescimento se deu com os mestrados profissionais, que surgiram em 1999 e registram um incremento de 5.350% até 2008. Nesse mesmo ano já havia 218 mestrados profissionais, correspondendo a 8,5% do total de cursos/programas (Tabela 3).

**Tabela 3:** Programas de pós-graduação no Brasil - 1998 a 2008

Ano	Mestrado	Doutorado	Mestrado/Doutorado	Mestrado/Profissional	Mestr/Mestr Profis.	Mestr/Dout/Mest. Profis.	Total
<b>1998</b>	464	24	749	0	3	19	<b>1.259</b>
<b>1999</b>	554	25	756	4	5	19	<b>1.363</b>
<b>2000</b>	613	28	766	9	5	19	<b>1.440</b>
<b>2001</b>	561	29	883	29	5	44	<b>1.551</b>
<b>2002</b>	661	32	891	51	5	44	<b>1.684</b>
<b>2003</b>	765	35	907	62	6	44	<b>1.819</b>
<b>2004</b>	760	32	1.022	116	0	1	<b>1.931</b>
<b>2005</b>	830	33	1.063	132	0	0	<b>2.058</b>
<b>2006</b>	924	39	1.146	157	0	0	<b>2.266</b>
<b>2007</b>	981	37	1.207	184	0	0	<b>2.409</b>
<b>2008</b>	1.030	36	1.284	218	0	0	<b>2.568</b>
<b>1998/2008(%)</b>	<b>122,0</b>	<b>50,0</b>	<b>71,4</b>	<b>5350,0</b>	<b>-100,0</b>	<b>-100,0</b>	<b>104,0</b>

Fonte: Brasil. MEC. Capes. GeoCapes (2010).

Comparando o número de programas de pós-graduação das redes públicas e privadas com o número de matrículas em cursos de graduação, vemos que enquanto o setor público tem maior presença na pós-graduação (82% dos programas), as IES privadas respondem por 75% das matrículas em cursos de graduação. Além disso, das dez maiores universidades brasileiras (Tabela 4), em termos de alunos na graduação, oito são privadas. Isso indica

que as universidades privadas pouco se interessam pela oferta de cursos de mestrado e doutorado, sobretudo acadêmicos, provavelmente porque não dão o lucro esperado. Mostra, também, que as universidades privadas trabalham com número mínimo de programas exigidos pela legislação federal para manterem a nomenclatura de universidade, constituindo-se efetivamente como “universidades de ensino”.

**Tabela 4:** Relação das dez primeiras Instituições de Ensino Superior, por ordem decrescente no número de matrículas na graduação - Brasil - 2008

Universidade	Organização Acadêmica	Matrículas
Universidade Paulista – UNIP-SP	Privada	166.601
Universidade Estácio de Sá – UNESA-RJ	Privada	115.916
Universidade Nove de Julho – UNINOVE-SP	Privada	93.520
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC-MG	Privada	55.686
Universidade Bandeirante de São Paulo – UNIBAN-SP	Privada	55.674
Universidade de São Paulo – USP-SP	<b>Pública</b>	50.508
Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO-RJ	Privada	43.437
Universidade Luterana do Brasil – ULBRA-RS	Privada	39.305
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG	Privada	34.017
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP-SP	<b>Pública</b>	31.974

Fonte: Censo da Educação Superior (BRASILMEC. Inep, 2009).

As matrículas na pós-graduação também aumentaram consideravelmente, ou seja, 97,3% no período entre 1998 e 2008. O maior crescimento ocorreu nos mestrados profissionais (1.440,4%), seguido do doutorado (97,6%) e do mestrado acadêmico (78,8%). Observa-se que as

matrículas no doutorado quase dobraram ao longo desse período, mas foi o mestrado profissional que surgiu e ganhou o maior impulso como nova modalidade de pós-graduação. Ao todo, havia 150.118 alunos matriculados em mestrados e doutorados em 2008 (Tabela 5).

**Tabela 5:** Alunos matriculados em programas de pós-graduação -1998 a 2008

Ano	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissional	Total
<b>1998</b>	49.387	26.697	0	76.084
<b>1999</b>	54.792	29.895	589	85.276
<b>2000</b>	60.425	32.900	1.131	94.456
<b>2001</b>	62.353	35.134	2.956	100.443
<b>2002</b>	63.990	37.728	4.350	106.068
<b>2003</b>	66.951	40.213	5.065	112.229
<b>2004</b>	69.190	41.261	5.809	116.260
<b>2005</b>	73.805	43.942	6.301	124.048
<b>2006</b>	79.050	46.572	6.798	132.420
<b>2007</b>	84.356	49.667	7.638	141.661
<b>2008</b>	88.295	52.750	9.073	150.118
<b>1998/2008(%)</b>	<b>78,8</b>	<b>97,6</b>	<b>1.440,4</b>	<b>97,3</b>

Fonte: Brasil. MEC. Capes. GeoCapes (2010).

Conforme a Tabela 6, a área de ciências humanas é a que possui maior número de alunos matriculados, seguida de engenharias, ciências da saúde e ciências sociais aplicadas. No entanto, as áreas

que mais cresceram percentualmente, no período 2005/2008, foram: multidisciplinar (50,3%), ciências agrárias (29,5%) e ciências da saúde (26%).

**Tabela 6:** Alunos matriculados em programas de pós-graduação por área de conhecimento, em 2008

Áreas de conhecimento	Número de alunos matriculados	Crescimento Variação 2005/2008
Ciências humanas	25.512	18%
Engenharias	22.256	16,3%
Ciências da saúde	21.660	26%
Ciências sociais aplicadas	18.973	12,8%
Ciências exatas e da terra	14.460	20,4%
Ciências agrárias	14.167	29,5%
Multidisciplinares	11.973	50,3%
Ciências biológicas	11.435	16,7%
Linguística, letras e artes	9.682	16,2%

Fonte: Brasil. MEC. Capes. GeoCapes (2010).

### **A produção do conhecimento acadêmico-científico: expansão, investimento e pragmatismo**

Nesse contexto de expansão da educação superior, a produção do conhecimento também vem passando por alterações significativas (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2009; CRUZ, 2003). A ênfase tem recaído na pesquisa tecnológica, na inovação, na articulação e nas parcerias entre universidades e empresas por meio de incentivos financeiros, bem como na maior subordinação da produção intelectual e dos programas de pós-graduação *stricto sensu* às demandas produtivas e aos interesses dos governos (MANCIBO; SILVA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2008).

Estatísticas recentes mostram que

vem crescendo paulatinamente o investimento das agências governamentais, acompanhado de maior exigência na produção dos docentes e discentes dos programas de pós-graduação, o que tem resultado em maior produtividade do Brasil no *ranking da produção científica mundial*.

O Brasil ampliou em 56% o número de artigos em publicações científicas de alto padrão, entre 2007 e 2008, e passou da 15ª para a 13ª posição no ranking das nações com maior volume de produção acadêmica. Assim, passou a responder por 2,12% da produção internacional.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> A esse respeito consultar *Jornal da Ciência*: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=64181>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

Para alcançar esse percentual,

[...] o Brasil teve 30.451 artigos publicados em revistas científicas em 2008, contra 19.436 publicações em 2007. Os EUA lideram a lista, com 340 mil artigos publicados, seguidos da China (112,8 mil), Alemanha (87 mil) e Japão (79 mil). Completam, junto com a Índia, o ranking dos 10 melhores, Inglaterra (78 mil), França (64 mil), Canadá (53 mil), Itália (50 mil) e Espanha (41,9 mil).<sup>3</sup>

Esse resultado é atribuído pelo governo a uma série de fatores, envolvendo a atuação de centros de pesquisas, universidades, agências de fomento, ministérios (MCT e MEC)<sup>4</sup>. O desafio, segundo

autoridades governamentais, é transformar esse conhecimento científico em produção tecnológica, bem como aumentar o número de patentes e o impacto dessa produção no cenário nacional e internacional.

Nos dados a seguir sobre a estimativa dos investimentos das instituições com cursos de pós-graduação *stricto sensu* indicando investimentos em pesquisa e desenvolvimento das IES, 2000-2007, percebe-se que o crescimento também tem sido constante ao longo dos anos em todas as dependências administrativas (Tabela 7). Os investimentos federais representam 53,6%, enquanto os estaduais 38,8%, e os particulares, 7,6%.

**Tabela 7:** Brasil: estimativa dos investimentos das instituições com cursos de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pela Capes/MEC como aproximação dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento das instituições de ensino superior, 2000-2007

Dependência administrativa	Federais	Estaduais	Particulares	Total
2000	1.524.189.500,18	1.544.396.683,25	143.591.050,89	3.212.177.234,32
2001	1.589.309.549,57	1.758.923.385,92	179.301.340,80	3.527.534.276,29
2002	1.852.965.524,82	1.971.284.126,71	241.886.597,63	4.066.136.249,15
2003	2.159.589.773,08	2.098.393.638,09	321.033.460,86	4.579.016.872,03
2004	2.719.310.838,43	1.849.671.938,32	359.604.468,81	4.928.587.245,56
2005	3.006.693.610,10	1.965.270.113,13	413.607.823,29	5.385.571.546,52
2006	3.985.647.580,43	2.001.613.304,44	467.611.177,77	6.454.872.062,64
2007	4.310.868.864,80	3.022.872.744,52	670.675.324,82	8.004.416.934,14

Fonte: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/9044.html>. Acesso em: 16 jan. 2010

<sup>3</sup> Ver: <<http://www.blogtemposmodernos.com.br/2009/05/brasil-sobre-duas-posicoes-em-ranking.html>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

<sup>4</sup> Ver: <<http://oglobo.globo.com/ciencia/mat/2009/05/06/brasil-ultrapassa-russia-holanda-e-13-do-mundo-no-ranking-da-ciencia-755719142.asp>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

O percentual de investimentos em relação ao PIB, por sua vez, indica certa variação no período de 2000 a 2008. A média do período foi de 1%, sendo que, a partir de 2007, o país conseguiu ultrapassar e consolidar esse percentual de investimento, chegando em 2008 a 1,13% (Tabela 8).



**Tabela 8:** Brasil: percentual de investimentos em C&T em relação ao PIB

Setor	% em relação ao PIB								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	1,02	1,04	0,98	0,96	0,90	0,97	1,00	1,10	1,13

Fonte: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/9044.html>. Acesso em: 16 jan. 2010.

Tais investimentos tendem a se elevar se o crescimento econômico do País se mantiver num patamar próximo de 5% ao ano e se for efetivado o que o governo federal planejou por meio do documento "O Brasil em 2022: as Metas do Centenário" (BRASIL, 2010), produzido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) vinculada à Presidência da República. Segundo esse documento, o Brasil deve, no âmbito da Ciência e Tecnologia, atingir as seguintes metas:

- a) elevar o dispêndio em Pesquisa e Desenvolvimento ao patamar de 2,5% do PIB, sendo metade das empresas
- b) dobrar o número de bolsas/ano concedidas pelo CNPq e pela Capes
- c) ter 450 mil pesquisadores
- d) alcançar 5% da produção científica mundial
- e) triplicar o número de engenheiros formados
- f) dominar as tecnologias de microeletrônica e de produção de fármacos
- g) decuplicar o número de empresas inovadoras
- h) decuplicar o número de patentes
- i) assegurar independência na produção do combustível nuclear
- j) dominar as tecnologias de fabricação de satélites e veículos lançadores

As metas governamentais são bastante ousadas e retratam, por um lado, as ambições do País em termos de uma

inserção mais competitiva no mercado global e, por outro, um empreendimento no sentido de que o conhecimento esteja cada vez mais associado às necessidades de crescimento, inovação e competitividade das empresas. Trata-se, pois, de produzir um conhecimento engajado na globalização econômica, de formar profissionais de alto nível necessários a esse desenvolvimento, e de avançar em áreas de conhecimento consideradas estratégicas para o País.

Em certa medida, essas metas governamentais guardam similitudes com várias das propostas apresentadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no documento "A indústria e o Brasil: uma agenda para crescer mais e melhor", entregue aos candidatos à Presidência da República, em 2010. Buscando a inovação como prioridade nacional para as indústrias, a CNI (2010, p.174-175) propõe, entre outras medidas:

- b) Rever o sistema de incentivos à inovação e aos gastos com P&D do setor privado, de forma a ampliar a efetividade desses incentivos e permitir que um número crescente de empresas possa se valer desses incentivos [...].
- c) Aumentar em 50% os recursos para subvenção à P&D do setor privado, de forma a se aproximar do patamar

médio ofertado pelos países desenvolvidos. [...].

d) Modificar a forma de apoio às empresas nos instrumentos de subvenção, para a modalidade de apoio aos planos de negócios das empresas e a sua competitividade, em lugar do simples apoio a projetos específicos [...].

h) Adotar normas, regulações e regras de estímulo à inovação nos diversos setores regulados pelo governo [...], e eliminar as regulações que gerem obstáculos à inovação e ao aumento de produtividade.

i) Estimular o desenvolvimento do subsistema financeiro de apoio à inovação, nas suas diversas dimensões (*venture, equity* e crédito), através da ação coordenada da FINEP, BNDES e CVM.

j) Implantar os mecanismos previstos na Lei de Inovação (encomenda, sociedade de propósitos específicos, direito de preferência nas compras governamentais), através da ação indutora das agências de governo (BNDES e FINEP) e da regulamentação desses instrumentos.

k) Viabilizar a aplicação plena dos recursos dos Fundos Setoriais e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, hoje sujeitos à prática do contingenciamento.

Como se vê, boa parte das propostas estão voltadas para uma política que favoreça a inovação com o uso de recursos do fundo público mediante incentivos, subvenções, diminuição dos obstáculos regulatórios, ampliação do financiamento etc. Tal agenda se complementa, ainda, com as propostas que a CNI (2010, p.164)

apresenta para a educação superior do País:

a) Substituir a gratuidade universal das universidades públicas por bolsas de estudo baseadas no nível de renda e no desempenho do aluno;

b) Distribuir recursos públicos para a educação superior com base no desempenho das instituições de ensino;

c) Flexibilizar a obrigatoriedade em educação, pesquisa e extensão. Permitir que as instituições de ensino superior se dediquem a funções mais ligadas a sua vocação, recurso e necessidade regionais;

d) Eliminar os entraves legais que dificultam a interação instituição pública de ensino-empresa;

e) Estimular a interação instituição pública de ensino-empresa;

f) Estimular a oferta de cursos de tecnologia de curta duração;

g) Estimular a oferta de cursos voltados para o mercado de trabalho;

h) Adequar os conteúdos programáticos aos requisitos da sociedade do conhecimento:

- Disseminação da cultura empreendedora.

- Formação de profissionais criativos e preparados para a prática da inovação.

- Equilíbrio entre os conteúdos teóricos e as aplicações práticas.

- Autonomia universitária com responsabilidade e cobrança social.

As propostas no âmbito da educação superior implicam fim da gratuidade nas IES públicas, distribuição dos recursos por desempenho institucional, dissociação entre ensino, pesquisa e extensão, estímulo

à parceria entre IES-empresas, ampliação da oferta de cursos voltados para o mercado de trabalho, sobretudo de tecnologia de curta duração e mudanças nos componentes curriculares que busquem atender às demandas da sociedade do conhecimento ou das próprias empresas em termos de empreendedorismo, inovação e aplicações práticas do conhecimento.

Nesse contexto, as agências de financiamento à produção do conhecimento vêm estimulando a produtividade docente por meio de editais que financiam a pesquisa, o intercâmbio de pesquisadores e uma espécie de complementação salarial por meio de bolsas. Assim, associa-se cada vez mais a produção do conhecimento aos salários dos docentes/pesquisadores e à prestação de serviços. Essa maior produtividade também é estimulada por meio da avaliação da pós-graduação, que associa a avaliação dos programas (mestrado e doutorado) à produção intelectual, sobretudo em periódicos de maior reconhecimento e prestígio acadêmico.

### **A natureza e o caráter da produção do conhecimento em questão**

Essas mudanças na expansão da pós-graduação, na pesquisa e na produção do conhecimento, em geral, precisam ser compreendidas no contexto de reestruturação produtiva do capitalismo global, que impõe uma nova realidade para o século XXI, qual seja, o conhecimento como elemento fundamental da produção e do acúmulo de vantagens diferenciais em um cenário capitalista de competição

globalizada. De um lado, formulam-se as bases de uma economia assentada na *acumulação flexível* (HARVEY, 1994) e, de outro, a constituição de uma *sociedade técnico-científica-informacional* ou *sociedade do conhecimento* (LOJKINE, 1995; RIFKIN, 1995) centrada na produção de novas tecnologias e na rearticulação e criação de processos organizacionais *inovadores*.

Essa nova realidade gera, muitas vezes, um processo de inserção dependente ou de exclusão tecnológica de países e regiões que não interessam ao sistema produtor de mercadorias do capitalismo mundializado – isso sem falar do crescimento assustador da valorização do capital por meio da esfera financeira, em que o dinheiro se reproduz sem passar pelo sistema produtivo. Trata-se de dinheiro gerando mais dinheiro. A concentração de capital tem levado as multinacionais e outros investidores a uma ação autodestrutiva, na medida em que não produzem valor por meio do emprego da força humana de trabalho. O capital produtivo já não se contenta com a exploração da força humana de trabalho na obtenção de mais-valia, buscando a autovalorização do capital.

A mundialização do espaço geográfico tem por base a ciência, a tecnologia e a informação que produzem uma ordem racional e uma natureza instrumentalizada de modo a regular o uso e o funcionamento do território de acordo com a lógica do capital (SANTOS, 1997). Nesse contexto, o conhecimento, o saber e a ciência adquirem papel de maior realce, tornando-se cada vez mais evidente que as transformações tecnológicas estão contribuindo

para a constituição de uma sociedade marcada pela técnica, pela informação e pelo conhecimento. Assim, essa sociedade caracterizada por um novo paradigma de produção e de desenvolvimento tem como um dos elementos básicos a centralidade do conhecimento e da educação. Não se trata, pois, de um conhecimento transformador da sociedade.

Essa centralidade ocorre porque *educação e conhecimento* passam a ser, do ponto de vista do capitalismo globalizado, *força motriz e eixos da transformação produtiva e do desenvolvimento econômico*. São, portanto, bens econômicos necessários à transformação da produção, que conservam o *status quo*, ao aumento do potencial científico-tecnológico e ao aumento do lucro e do poder de competição num mercado concorrencial globalizado. Torna-se clara, portanto, a conexão estabelecida entre educação-conhecimento e desenvolvimento-desempenho econômico. Nessa visão, a educação e o conhecimento passam a ser problemas econômicos, pois se tornam elementos centrais desse novo padrão de desenvolvimento.

A análise histórica e os dados recentes ressaltam o papel desempenhado pelas universidades públicas, federais e estaduais na formação de pesquisadores e na produção de conhecimento no país. Com as transformações produtivas, ocorridas sobretudo nas últimas décadas, verifica-se que a educação superior e a

educação tecnológica ganharam maior centralidade nas políticas implementadas pelo governo federal, tanto na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) como na de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Observam-se ainda alterações significativas na reconfiguração desses dois níveis/modalidades de educação e nos mecanismos e estratégias para sua expansão. As universidades públicas experimentam um processo de *metamorfose institucional* (OLIVEIRA, 2000; CHAUI, 2003), quase sempre se ajustando às novas políticas educacionais e demandas produtivas e sociais.

O estudo das alterações da produção do conhecimento, em suas interfaces com as transformações produtivas, institucionais e produção do trabalho acadêmico é, pois, fundamental para se compreender a natureza dessa expansão da educação superior e do tipo de conhecimento que vem sendo produzido. Além disso, é preciso analisar com maior profundidade as transformações que estão ocorrendo no papel, nas finalidades e na própria natureza das universidades públicas, considerando os constrangimentos atuais do mercado e do Estado à autonomia e à liberdade acadêmica. Além disso, é preciso compreender criticamente o grau de subordinação formal e real do conhecimento à lógica de mercantilização das IES públicas e da educação superior, em geral.

## Referências

- AFONSO, A. J. Reforma do Estado e políticas educacionais: alguns tópicos para discussão. In: ANPED-GT ESTADO E POLÍTICA EDUCACIONAL, 23., 2000, Caxambu. *Anuário do Gt Estado e política educacional: políticas, gestão e financiamento da educação*. Caxambu: ANPEd, 2000. p. 15-36.
- BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARADI, Valdemar (Orgs.). *Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação*. Campinas/SP: Autores Associados, 2009.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
- \_\_\_\_\_. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: EDUNESP, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Homo academicus*. Paris: Minuit, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'Agir, 2001.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. *Resolução n. 1, de 27 de janeiro de 1999*. Dispõe sobre os cursos sequenciais de educação superior, nos termos do art. 44 da Lei n. 9.394/96. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0199.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2008.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Institui o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2008.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Lei n. 10.973, de 02 de dezembro de 2004*. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 1º dez. 2007.
- \_\_\_\_\_. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *Geo-Capes Dados Estatísticos*. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/2961->. Acesso em 15 de mar. 2010.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010*. Brasília: MEC/Capes, 2005.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Portaria normativa n. 17, de 28 de dezembro de 2009*. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. Brasília, MEC, 2009.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Portaria n. 80, de 16 de dezembro de 1998*. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. Brasília, 1998.

- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Reformulação do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação: o modelo a ser implantado na avaliação de 1998*. Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)>. Acesso em: 15 mar. 2010.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Regulamento da avaliação trienal 2007a* (triênio: 2004-2006). Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)>. Acesso em: 15 mar. 2010.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Relatório da avaliação trienal de 2007b*. Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)>. Acesso em: 15 mar. 2010.
- \_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP. *Censo da Educação Superior 2009*. Brasília: MEC. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: mar. 2010.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República Federativa do Brasil. *Decreto n. 6096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2007.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria de Assuntos Estratégicos (SEE). *O Brasil em 2022: as metas do centenário*. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/>>. Acesso em: 20 jul. 2010.
- CATANI, A. M. Expansão do acesso à educação superior no Brasil: alguns desafios. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 178, p. 111-123, 2009.
- \_\_\_\_\_. O papel da universidade pública hoje: concepções e função. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, UFPR, n. 4, p. 4-14, 2008.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 5-15, set/dez. 2003.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). *A indústria e o Brasil: uma agenda para crescer mais e melhor*. Brasília: Confederação Nacional da Indústria (CNI), 2010. 240p.
- CRUZ, C. H. de B. *A produção científica brasileira*. São Paulo: Unicamp, 2003.
- CURY, Carlos R. J. Prefácio: Da crítica à avaliação à avaliação crítica. In: BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar (Orgs.). *Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. p. IX a XIV.
- DIAS, M. A. R. *Educação superior: bem público ou serviço comercial regulamentado pela OMC?* In: REUNIÃO DE REITORES DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS IBERO-AMERICANAS – IIIa. CUMBRE IBEROAMERICANA DE RECTORES DE UNIVERSIDADES ESTATALES, 26 de abril de 2002. (versão provisória).
- DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação da educação superior*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação superior a distância: novos marcos regulatórios? *Educação e Sociedade*, v. 29, n. 104, out. 2007.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HEY, A. P. *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil*. São Carlos: EdUFSCAR, 2008.

HORTA, J. S. B. Avaliação da pós-graduação: com a palavra o coordenador de programas. In: BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARADI, Valdemar (Orgs.). *Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação*. Campinas/SP: Autores Associados, 2009<sup>a</sup>. p. 101-131.

\_\_\_\_\_. Avaliação da pós-graduação: o impacto da dimensão regional. *Revista de Educação Publica* (UFMT), v. 18, p. 351-369, maio/ago. 2009b.

LOJKINE, J. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.

MANCEBO, D.; SILVA JÚNIOR, J. dos R.; OLIVEIRA, J. F. (Orgs.). *Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil*. Campinas: Alínea, 2008.

MOREIRA, Antonio F. A cultura da performatividade e a avaliação da pós-graduação em Educação no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.25, n. 3, p. 23-42, dez. 2009.

OLIVEIRA, J. F. *A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais: o caso da Universidade Federal de Goiás*. 2000. 190f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, João F. de; FONSECA, Marília (Orgs.). *Avaliação institucional: sinais e práticas*. Rio de Janeiro: Xamã, 2008.

OLIVEIRA, J. F.; FONSECA, M.; AMARAL, N. C. Avaliação, desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico. *Educar em Revista*, Curitiba, n.28, jul./dez. 2006.

RIFKIN, J. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de emprego e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron, 1995.

RISTOFF, D.; GIOLO, J. A Educação Superior no Brasil: panorama geral. In: \_\_\_\_\_. *Educação Superior Brasileira, 1991 – 2004*. Brasília: INEP/MEC, 2006. p. 21-22.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SGUISSARDI, V.; SILVA JUNIOR, J. R. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtividade acadêmica*. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2009.

SOARES, L. T. R. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

SOCIEDADE Brasileira para o Progresso da Ciência. *Jornal da Ciência*. Disponível em: <<http://www.sbcnet.org.br/site/home/>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

Recebido em agosto de 2010.

Aprovado para publicação em setembro de 2010.

